



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs), DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DOS SERVIDORES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, SECRETARIA DE OBRAS E CONTROLE URBANO, FISCAIS DE TRIBUTOS E MOTORISTAS DO MUNICÍPIO DE XEXÉU-PE, conforme condições, especificações, quantitativos, constantes no edital e seus anexos.

1.2. A Descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, parte integrante deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A aquisição de fardamentos para os servidores da Guarda Civil Municipal, Garis, Fiscais de Varrição, Fiscais de Tributos e Motoristas da Prefeitura Municipal de Xexéu/PE é essencial para garantir a execução adequada das atividades desempenhadas por essas equipes, bem como para promover a segurança, a identificação e a profissionalização dos serviços prestados à população.

O uso de fardamentos padronizados permite a fácil identificação dos servidores públicos pela população, contribuindo para a segurança tanto dos profissionais quanto dos cidadãos. No caso da Guarda Municipal a uniformização é fundamental para a autoridade e reconhecimento no exercício de suas funções de proteção e ordem pública.

Para os Garis e Fiscais de Varrição, que atuam em condições climáticas variadas e expostos a riscos físicos, os fardamentos são equipamentos de proteção individual (EPIs) que garantem conforto, segurança e higiene no desempenho de suas atividades.

A padronização dos fardamentos para a Fiscais de Tributos e Motoristas reforça a imagem de profissionalismo e organização da administração pública, transmitindo credibilidade e confiança aos contribuintes e usuários dos serviços municipais.



A aquisição de fardamentos está alinhada às normas trabalhistas e de segurança do trabalho, as quais determinam que os empregadores devem fornecer equipamentos adequados para a execução das atividades laborais, garantindo a integridade física e a saúde dos servidores.

Considerando o desgaste natural dos fardamentos atuais e o quadro de servidores, torna-se imprescindível a reposição e ampliação dos fardamentos para atender a todos os colaboradores de forma equitativa e eficiente.

3. DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS:

3.1. A definição dos quantitativos de fardamentos para a Guarda Municipal, Garis, Fiscais de Varrição, Fiscais de Tributos e Motoristas da Prefeitura Municipal de Xexéu/PE foi realizada com base em critérios técnicos e operacionais, visando atender de forma adequada e equitativa às necessidades de cada setor. Abaixo, detalhamos a justificativa para os quantitativos propostos:

1. Guarda Municipal

Quantitativo: 160 fardamentos completos (Gandola de combate com bordados, Calça tática operacional, Coturno de Couro com zíper, Capa de colete tático, Gorro com bordado, Cinto tático e Porta tonfa), recebendo um kit contendo 02 Gandolas de Combate, 02 Calças tática operacional, 01 Coturno de Couro com zíper, 01 capa de colete tático, 01 Gorro com bordado, 01 Cinto tático e uma Porta Tonfa.

Justificativa: O quantitativo foi calculado considerando o número atual de agentes em atividade, além de uma margem para reposição devido ao desgaste natural dos fardamentos e possíveis contratações futuras. A Guarda Civil Municipal atua em regime de escala, com exposição constante a intempéries e situações de risco, o que exige reposição periódica dos fardamentos.

2. Garis

Quantitativo: 180 conjuntos (fardamento, calçados de segurança, luvas e equipamentos de proteção individual), recebendo um kit contendo 02 fardamentos e 01 boné com capuz de segurança.

Justificativa: O quantitativo foi dimensionado com base no número de servidores ativos e na necessidade de substituição frequente dos fardamentos, devido ao desgaste acelerado causado pelas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos. Além disso, considerou-se a importância de garantir EPIs adequados para a segurança e saúde dos trabalhadores.

3. Fiscais de Varrição



Quantitativo: 08 conjuntos (Coletes identificados, camisa UV e calçados), recebendo um kit contendo 02 Coletes, 02 camisas UV e 01 botina de couro.

Justificativa: O quantitativo foi dimensionado com base no número de servidores ativos e na necessidade de substituição frequente dos fardamentos

, devido ao desgaste acelerado causado pelas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos. Além disso, considerou-se a importância de garantir EPIs adequados para a segurança e saúde dos trabalhadores.

4. Fiscais de Tributos

Quantitativo: 14 conjuntos (Coletes identificados, camisa UV e calçados), recebendo um kit contendo 02 Coletes, 02 camisas UV e 01 botina de couro.

Justificativa: O quantitativo foi definido com base no número de fiscais e agentes fiscais em atividade, visando garantir a padronização e a identificação clara desses profissionais durante as abordagens e fiscalizações. A reposição periódica é necessária para manter a imagem profissional e institucional.

5. Motoristas

Quantitativo: 84 Camisas, confeccionada em poliéster, manga curta, gola redonda, com sublimação na frente e nas costas.

Justificativa: O quantitativo foi calculado considerando o número de motoristas ativos e a necessidade de fardamento que ofereçam conforto e durabilidade, já que esses profissionais passam longos períodos em atividade. A reposição é necessária devido ao desgaste natural dos materiais.

6. Margem de Reposição e Reserva Técnica

Justificativa: Além dos quantitativos para atendimento imediato, foi incluída uma margem de reposição para cada categoria, visando cobrir eventuais perdas, danos ou aumento no quadro de pessoal. Essa reserva técnica é essencial para evitar desabastecimento e garantir a continuidade dos serviços públicos.

7. Critérios de Dimensionamento

Número de servidores ativos: Os quantitativos foram calculados com base no efetivo atual de cada setor.



Desgaste natural: Considerou-se o tempo médio de vida útil dos fardamentos e a frequência de lavagens e uso intenso.

Crescimento do quadro de pessoal: Incluiu-se uma margem para atender possíveis expansões no quadro de servidores.

Normas de segurança e higiene: Garantiu-se que os quantitativos atendam às normas de EPIs e condições de trabalho adequadas.

Os quantitativos propostos são tecnicamente embasados e atendem às necessidades reais de cada setor, garantindo a eficiência dos serviços públicos, a segurança dos servidores e a otimização dos recursos municipais. A aquisição dos fardamentos é, portanto, uma medida necessária e estratégica para a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população de Xexéu/PE.

A seguir, apresentaremos as quantidades e os itens a serem adquiridos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	GANDOLA DE COMBATE SHIRT, AZUL NOTURNO , com bordados Tamanhos M, G, GG EXG	Unid.	160	R\$ 460,50	R\$ 73.680,00
2.	CALÇA TÁTICA OPERACIONAL , de combate com 6 Bolsos Rip Stop, Azul Noturno. Tamanhos 38, 40, 42, 44, 46 E 48.	Unid.	160	R\$ 191,23	R\$ 30.596,80
3.	COTURNO DE COURO, COM ZÍPER. 38, 39, 40, 41,42,43 ,44.	Par.	80	R\$ 351,17	R\$ 28.093,60
4.	CAPA DE COLETE TÁTICO , Tamanhos M, G, GG, EXG	Unid.	80	R\$ 29,97	R\$ 2.397,60
5.	GORRO COM BORDADO em tecido Rip Stop Profissional dublado, cor Azul Noturno	Unid.	80	R\$ 26,86	R\$ 2.148,80
6.	CINTO TÁTICO	Unid.	80	R\$ 158,32	R\$ 12.665,60
7.	PORTA TONFA	Unid.	80	R\$ 110,00	R\$ 8.800,00
8.	CONJUNTO DE FARDAMENTO PARA GARI: Confeccionado em tecido brim 100% algodão cor verde, composto de bata manga	Cj	180	R\$ 171,25	R\$ 30.825,00



	longa e calça operacional, trabalhados com faixa refletiva peito e pernas e logo marca da gestão municipal em serigrafia. tamanhos M/G/GG E XG, conforme solicitação da Secretaria.				
9.	BONÉ ARÁBE, Em Brim 100% algodão , cor verde. Tamanho: Único, Aspectos Gerais: Capuz de segurança, confeccionado em tecido de brim, aba e fechamento em velcro para ajuste do usuário. Indicado para áreas abertas, serviços agrícolas e outros. Especificações Técnicas: Proteção do crânio e pescoço e ombros contra agentes abrasivos e escoriantes.	Un	90	R\$ 50,00	R\$ 4.500,00
10.	LUVA DE SEGURANÇA BORRACHA NITRÍLICA, É IDEAL PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS. Possui palma e dedos com antiderrapante, que garantem maior aderência ao manusear objetos molhados. Conta com formato anatômico e forro em algodão aveludado, que proporciona excelente conforto e maior absorção do suor	Par	90	R\$ 48,23	R\$ 4.340,70
11.	COLETE, COR AZUL-MARINHO EM TECIDO DO TIPO RIPSTOP CONTENDO 70% DE POLIÉSTER E 30% DE ALGODÃO. 4 bolsos na parte frontal do colete aplicação de identidade do programa, na versão negativo cor branca, no bolso superior esquerdo e na parte traseira. Tamanhos: M, G, GG	Un	8	R\$ 171,91	R\$ 1.375,28
12.	CAMISA, CONFECCIONADA EM POLIÉSTER UV , manga longa, gola redonda, com sublimação na frente, Tamanhos: M, G, GG	Un	22	R\$ 79,50	R\$ 1.749,00
13.	CALÇADO BOTINA EM COURO E COSTURADO , com certificado de autenticidade, cor preta. Tamanhos de 36 à 44	Un	101	R\$ 286,00	R\$ 28.886,00



14.	CAMISA, CONFECCIONADA EM POLIÉSTER , manga curta, gola redonda, com sublimação na frente e nas costas, Tamanhos: P, M, G, GG e XG	Un	84	R\$ 62,25	R\$ 5.229,00
15.	COLETE, COR PRETO EM TECIDO DO TIPO RIPSTOP CONTENDO 70% DE POLIÉSTER E 30% DE ALGODÃO . 4 bolsos na parte frontal do colete aplicação de identidade do programa, na versão negativo cor branca, no bolso superior esquerdo e na parte traseira. Tamanhos – M, GG	Un	14	R\$ 171,91	R\$ 2.406,74

Valor Total Estimado em: **R\$ 237.694,12 (Duzentos e trinta e seiscentos e noventa e quatro reais e doze centavos).**

4. DO VALOR ESTIMADO E DAS ESPECIFICAÇÕES:

4.1. Foram realizadas pesquisas de preço em diferentes órgãos e empresas no mercado, e os valores obtidos têm caráter estimativo, e, com base no Mapa de Média que será anexo ao processo, obtivemos o valor total de **R\$ 237.694,12 (Duzentos e trinta e seiscentos e noventa e quatro reais e doze centavos).**

5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

5.1. Considerando o Decreto Municipal nº 117/2024 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, indica a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal.

5.2. Diante do exposto no item anterior, esta licitação ocorrerá na modalidade Pregão Eletrônico.

5.3. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR ITEM.**





5.4. O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação pública utilizada para a aquisição de bens e serviços de maneira ágil, eficiente e transparente. Quando realizado de forma regional, o pregão eletrônico pode trazer diversos benefícios para a administração pública e para os participantes. Conforme o **DECRETO MUNICIPAL Nº120/2024**, que regulamenta a regionalidade no Município de Xexéu, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento diferenciado e favorecido e diferenciado e simplificado para às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e sociedade cooperativa de consumo, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e alterações, objetivando:

I - A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional; ampliação da eficiência das políticas públicas;

II - O incentivo à inovação tecnológica;

III - O fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo; e

IV - Estimular o uso do poder de compra do Município, articulando diversos fatores e agentes, em uma ação integrada e abrangente, promovendo assim o desenvolvimento socioeconômico do Município de Xexéu.

V - Agilidade e eficiência no atendimento às demandas de forma rápida, devido à proximidade geográfica.

VI - Redução de custos da contratação, pelo fato da proximidade das empresas contratadas no que se refere a transporte e logística, resultando em economia para a administração pública.

VII - Qualidade dos serviços ofertados, pois as empresas locais ou regionais têm maior conhecimento das necessidades e peculiaridades do município, garantindo a prestação de serviços de qualidade.

5.5. Havendo a necessidade de efetivar a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, conclui-se que, uma vez cabível a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e diante da existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP sediados local ou regionalmente, é lícito à implementação da licitação com a exclusividade local ou regional, conforme estabelecido no Art. 49, II da LC 123/2006.

5.6. Diante do exposto, a regionalização desse fornecimento emerge como uma estratégia promissora. Ao concentrar os fornecimentos com fornecedores locais, é possível otimizar a logística, reduzir custos operacionais e garantir maior agilidade nas entregas, além de melhorar a supervisão da qualidade do serviço. A proximidade geográfica facilita a comunicação entre os fornecedores e as Secretarias,



possibilitando um acompanhamento mais eficiente do processo e a resolução rápida de eventuais problemas.

5.7. A contratação de uma empresa especializada dentro da região para a confecção e o fornecimento de fardamentos e (EPIs) representa a opção mais viável e econômica para a administração pública. Além de atender às determinações legais, essa decisão contribui para a redução de custos operacionais e administrativos, aumenta a eficiência do processo e garante a qualidade dos produtos entregues, evitando atrasos que possam comprometer o andamento e a funcionalidade dos setores.

5.8. Portanto, essa abordagem não apenas supre as necessidades imediatas do município, mas também fomenta o desenvolvimento regional e promove a sustentabilidade a longo prazo. Essa alternativa se consolida como a mais viável, econômica e estratégica para a administração pública, alinhando-se aos objetivos de otimização de recursos, transparência e qualidade nos serviços prestados à população.

Desta forma, a realização de um pregão eletrônico para a aquisição de fardamentos e os equipamentos individual (EPIs), com itens exclusivos e regionalizados destinados a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), com valores de até oitenta mil reais, torna-se essencial para garantir eficiência, qualidade e economicidade no processo de contratação.

Para efeitos da regionalidade, considera-se:

Âmbito regional - limites geográficos dos Municípios integrantes da Região de Desenvolvimento da Mata Sul - **RD 10 do Estado de Pernambuco**, de acordo com o Art. 1º, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 388, de 27 de abril de 2018 e suas atualizações, sendo eles: **Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Marajal, Palmares, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Vitória de Santo Antão, Xexéu.**

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04 122 0401 2049 0000 – Implantação e Manutenção da Guarda Municipal – 3.3.90.00.000- Aplicações Diretas-001.001 Recursos Próprios

15 452 1504 2054 0000 – Manutenção de Limpeza Pública – 3.3.90.00.000- Aplicações Diretas-001.001 Recursos Próprios

04 122 0401 2026 0000 – Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Administração e Planejamento – 3.3.90.00.000- Aplicações Diretas-001.001 Recursos Próprios

7. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:





- 7.1.** O contrato oriundo dessa licitação terá vigência de até **12(doze) meses**, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, respeitando a vigência máxima decenal, conforme previsão contida no art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21;
- 7.2.** Admite-se a prorrogação do instrumento contratual pelo período disposto no artigo 106 e 107, da Lei nº 14.133/21, desde que apresentada a declaração de vantajosidade da manutenção da contratação devidamente expedida pelo gestor do contrato.
- 7.3.** O contratado deverá realizar o fornecimento em estrita conformidade com as especificações técnicas exigidas pela contratante, bem como realizará o fornecimento nos locais estipulados no termo de referência.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

- 8.1.** Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 03 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.2.** A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração Pública.
- 8.3.** Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato, será designada nova sessão pela autoridade competente para o exame, pelo Agente e Contratação/Pregoeiro, da oferta subsequente de menor preço e respectiva negociação com o seu autor. Após a negociação, o(a) Pregoeiro decidirá sobre a aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 8.4.** As empresas que não forem sediadas no Município de Xexéu podem enviar os contratos assinados digitalmente via e-mail para o cpl@xexeu.pe.gov.br.

9. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA:





- 9.1.** Os produtos confeccionados deverão ser entregues imediatamente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, conforme quantidade e local solicitado indicado em ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.
- 9.2.** O objeto desta contratação deverá ser entregue, parceladamente, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas, pelo órgão e entidades participantes, de acordo com suas necessidades;
- 9.3.** Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;
- 9.4.** A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) do Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 9.5.** O fornecedor compromete-se a substituir ou repor os produtos quando:
- 9.5.1.** Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;
- 9.5.2.** O produto não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;
- 9.5.3.** Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo, quando for o caso;
- 9.5.4.** O produto que não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas solicitadas neste Termo de Referência e no Edital;
- 9.5.5.** O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas especificações no ato da entrega, quando for o caso.
- 9.5.6.** Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade, de acordo com todas as especificações constantes no Termo de Referência, e quantidade, de acordo com a ordem de fornecimento, com consequente



aceitação, mediante atestado do setor responsável.

9.5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

9.5.8. Em caso de recusa do recebimento do produto, em qualquer das hipóteses descritas no subitem anterior, o licitante vencedor terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para remoção e substituição do produto, sem qualquer ônus à administração municipal, sob pena de inadimplemento contratual caso se faça necessário para a devida readequação de despesas futuras.

9.5.9. Os produtos serão recebidos da seguinte forma: Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

a) Provisoriamente: os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 01 (um) dia útil, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e contrato. O recebimento provisório é o ato pelo qual o produto encomendado é entregue no local previamente designado, não implicando, necessariamente, aceitação, mas apenas a transferência da responsabilidade pela guarda e conservação do produto, do fornecedor à unidade recebedora, independentemente da descrição contida na nota fiscal, juntamente com a assinatura de quem tenha recebido o produto;

b) Definitivamente: em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório; mediante “**ATESTO**” na nota fiscal/fatura; após, a comparada adequação dos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições. O recebimento definitivo é o ato pelo qual o servidor competente declara, no documento fiscal ou em outro documento hábil, haver recebido o bem que foi adquirido, tornando-se, nesse caso, responsável pela quantidade e perfeita identificação desse bem, de acordo com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho, contrato de aquisição ou outros instrumentos.

10. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante conforme previsão do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento e solicitação de informações pelo gestor e fiscal.





10.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

10.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas e serão designados por meio de Portaria.

10.4. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará preferencialmente por meio de e-mail e contato telefônico sem prejuízo de outros meios disponíveis.

I. Do Fiscal do Contrato:

a) Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

b) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constante neste Termo de Referência, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da contratante quanto da contratada;

c) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Termo de Referência.

e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

f) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando entrega diversa daquela que se encontra especificado neste Termo de Referência e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;

h) Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

II. Do Gestor do Contrato

a) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada;

b) Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;

c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade



- cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- d)** Emitir avaliação da qualidade do objeto fornecido;
 - e)** Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
 - f)** Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
 - g)** Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
 - h)** Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
 - i)** Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
 - j)** Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

11. DAS SANÇÕES:

11.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- XII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;



XIII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XVIII. O PROPONENTE e o CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficarão sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

A) Advertência pela falta do subitem “I” desta contratação direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

B) Multa de 10% (dez por cento) ART. 156 §3º da Lei nº 14.133/21 sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor/prestador, por qualquer das infrações dos subitens “I ao XII”;

C) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Xexéu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens II a VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

D) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens VIII a XII, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.4. As peculiaridades do caso concreto;

11.5. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.10. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

11.11 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao



fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 117/2024.

12. DO REAJUSTES DE PREÇOS

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

13.1. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Considerando a flutuação dos preços do mercado, fica estabelecido que as variações para mais ou para menos dos preços de até 5% (cinco por cento) do valor atual



do contrato, não será configurado álea extraordinária e extracontratual, devendo as partes absorver tais variações pelo preço ofertado. Percentuais superiores aos 5% estabelecidos serão avaliados pela administração para fins de concessão do reequilíbrio contratual ou não.

13.3. Será levado em consideração na análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, eventual desconto ofertado pela contratada sobre o valor estimado do processo na fase de lances.

14. DOS CRITÉRIOS E PRAZO DE PAGAMENTO

14.1. A nota fiscal deverá ser encaminhada, acompanhada das certidões de regularidade na forma prevista neste termo de referência, se a contratada apresentar os seguintes documentos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), FGTS e a Situação perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

14.2. O pagamento deverá ser efetuado à Contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens ou de recibo, conforme o caso, acompanhado da apresentação de Nota Fiscal / fatura discriminativa, devidamente atestada pelo servidor competente.

14.3. Na nota fiscal/fatura deverá constar a descrição dos produtos entregues, bem como a quantidade, o preço unitário e o preço total de cada um deles, bem como, todas as certidões de regularidade fiscal;

14.4. Na nota fiscal/fatura deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante naquele documento;

14.5. A Administração Municipal efetuará as retenções tributárias obrigatórias.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

14.7. A Contratada é responsável pelos pagamentos de quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

14.8. A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.



15. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. 01 (uma) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por quem de direito, que ateste que o licitante fornece (ou forneceu) satisfatoriamente o objeto similar aos constantes da presente licitação, com **cópia anexa do contrato a qual o atestado está vinculado, ou Nota Fiscal.**

15.2. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

15.3. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital.

16. DA PROPOSTA COMERCIAL

16.1. A proposta de Preços deverá conter:

16.1.1. Preços com valores expressos em real, inclusive por extenso, considerando todos os serviços a serem prestados, incluindo impostos e demais despesas necessárias à execução do objeto desta contratação.

16.1.2. Na proposta de preço, deve constar declaração de que no preço praticado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a entrega definitiva, devendo, ainda, apresentar as seguintes indicações:

16.1.2.1. Preço unitário total por item, em real, do objeto, conforme especificações, entendido o preço total como sendo preço unitário multiplicado pela quantidade solicitada, obrigatoriamente em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o produto do valor ofertado como preço unitário por extenso, pela quantidade licitada. Deverão estar incluídos no preço total ofertado todos os custos e quaisquer encargos que venham a incidir na prestação de serviço do objeto.

16.1.2.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

16.1.2.3. Assinatura do representante da empresa legalmente estabelecida.

16.1.3. Os valores unitários e global não podem ultrapassar os valores estimados. As



propostas serão julgadas pelo menor preço.

16.2. O licitante deverá indicar o fabricante, marca, modelo, ficha técnica do produto (quando for o caso) ou qualquer outro documento que especifique o objeto de forma a facilitar a avaliação da conformidade da proposta com as especificações constantes neste Termo de Referência.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É vedada a subcontratação, salvo nos casos expressa e previamente autorizados pela Contratante.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

18.1. É vedada a participação de empresas consorciadas, uma vez que não há no sistema legal regedor das licitações imposição da aceitabilidade de consórcio, ficando, em razão disso, a Administração Pública, e no exercício de seu poder discricionário, com liberdade de promover referida limitação, desde que, é claro, o faça atento ao princípio constitucional e administrativo da razoabilidade.

18.2. Esclareça-se que a vedação de participação de Empresas constituídas sob a forma de consórcio se deve a restrição sobremaneira a competitividade do Certame, posto que, empresas que poderiam competir entre si, estariam reunidas e apresentando um único preço no Processo em prejuízo dos Princípios da Competitividade e Economicidade, além da necessidade de sigilo de informação.

18.3. Neste caso, a especificidade do objeto, por tratar-se de simples fornecimento, que não cabe divisibilidade, torna-se inviável admitir consórcio.

19. DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constitui motivo de rescisão do Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, desde que cabíveis a presente contratação.

19.2. O Contrato será rescindido em caso de contingenciamento de recursos que impeça o empenho.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL





20.1. Poderá ser prestada, no prazo de 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, em favor da CONTRATANTE, garantia de execução contratual, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ressalvada a modalidade de garantia sob a forma de caução em dinheiro, que deverá ser prestada no momento da assinatura do contrato, nos termos do artigo 98 da Lei nº 14.333/21, em uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal citado.

20.2. A CONTRATADA poderá optar, pela garantia nas seguintes opções:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

21.2. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

21.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;

21.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

21.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

21.6. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

21.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





- 22.1.** Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos no Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- 22.2.** Manter-se, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- 22.3.** Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. **A não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;**
- 22.4.** Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;
- 22.5.** Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- 22.6.** Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado;
- 22.7.** Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;
- 22.8.** Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;
- 22.9.** Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;
- 22.10.** Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO DE XEXÉU;
- 22.11.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- 22.12.** Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;
- 22.13.** Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade



física;

22.14. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

22.15. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;

22.16. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.

23. DO FORO

23.1. As partes, ora contratadas, fica eleito o Fórum da Comarca de Água Preta/PE, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ações, porventura, oriundas do presente contrato.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital e nos termos da Legislação pertinente.

24.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas neste Termo de Referência.

Xexéu/PE, 20 de Março de 2025.

01-10-1991

PAZ E PROGRESSO





PREFEITURA DO
Xexéu
MINHA CIDADE, MEU LUGAR!

ELABORADO POR:

WELLUNA LÚCIA MENDES DO RIO
Diretora do Setor de Planejamento e Compras
Port. nº 007/2025-GP

ANALISADO E VALIDADO POR:

JOSÉ RENATO LIMA DA SILVA
Secretário de Administração e Planejamento
Mat. 11119-1 | Port. nº 022/2025





ADENDO I
DAS ESPECIFICAÇÕES, DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES ESTIMADOS
PLANILHAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	GANDOLA DE COMBATE SHIRT, AZUL NOTURNO , com bordados Tamanhos M, G, GG EXG	Unid.	160	R\$ 460,50	R\$ 73.680,00
2.	CALÇA TÁTICA OPERACIONAL , de combate com 6 Bolsos Rip Stop, Azul Noturno. Tamanhos 38, 40, 42, 44, 46 E 48.	Unid.	160	R\$ 191,23	R\$ 30.596,80
3.	COTURNO DE COURO, COM ZÍPER. 38, 39, 40, 41,42,43 ,44.	Par.	80	R\$ 351,17	R\$ 28.093,60
4.	CAPA DE COLETE TÁTICO , Tamanhos M, G, GG, EXG	Unid.	80	R\$ 29,97	R\$ 2.397,60
5.	GORRO COM BORDADO em tecido Rip Stop Profissional dublado, cor Azul Noturno	Unid.	80	R\$ 26,86	R\$ 2.148,80
6.	CINTO TÁTICO	Unid.	80	R\$ 158,32	R\$ 12.665,60
7.	PORTA TONFA	Unid.	80	R\$ 110,00	R\$ 8.800,00
8.	CONJUNTO DE FARDAMENTO PARA GARI: Confeccionado em tecido brim 100% algodão cor verde, composto de bata manga longa e calça operacional, trabalhados com faixa refletiva peito e pernas e logo marca da gestão municipal em serigrafia. tamanhos M/G/GG E XG, conforme solicitação da Secretaria.	Cj	180	R\$ 171,25	R\$ 30.825,00
9.	BONÉ ARÁBE, Em Brim 100% algodão , cor verde. Tamanho: Único, Aspectos Gerais: Capuz de segurança, confeccionado em tecido de brim, aba e fechamento em velcro para ajuste do usuário.	Un	90	R\$ 50,00	R\$ 4.500,00



	Indicado para áreas abertas, serviços agrícolas e outros. Especificações Técnicas: Proteção do crânio e pescoço e ombros contra agentes abrasivos e escoriantes.				
10.	LUVA DE SEGURANÇA BORRACHA NITRÍLICA, É IDEAL PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS CONTRA PRODUTOS QUÍMICOS. Possui palma e dedos com antiderrapante, que garantem maior aderência ao manusear objetos molhados. Conta com formato anatômico e forro em algodão aveludado, que proporciona excelente conforto e maior absorção do suor	Par	90	R\$ 48,23	R\$ 4.340,70
11.	COLETE, COR AZUL-MARINHO EM TECIDO DO TIPO RIPSTOP CONTENDO 70% DE POLIÉSTER E 30% DE ALGODÃO. 4 bolsos na parte frontal do colete aplicação de identidade do programa, na versão negativo cor branca, no bolso superior esquerdo e na parte traseira. Tamanhos: M, G, GG	Un	8	R\$ 171,91	R\$ 1.375,28
12.	CAMISA, CONFECCIONADA EM POLIÉSTER UV, manga longa, gola redonda, com sublimação na frente, Tamanhos: M, G, GG	Un	22	R\$ 79,50	R\$ 1.749,00
13.	CALÇADO BOTINA EM COURO E COSTURADO, com certificado de autenticidade, cor preta. Tamanhos de 36 à 44	Un	101	R\$ 286,00	R\$ 28.886,00
14.	CAMISA, CONFECCIONADA EM POLIÉSTER, manga curta, gola redonda, com sublimação na frente e nas costas, Tamanhos: P, M, G, GG e XG	Un	84	R\$ 62,25	R\$ 5.229,00
15.	COLETE, COR PRETO EM TECIDO DO TIPO RIPSTOP CONTENDO 70% DE POLIÉSTER E 30% DE ALGODÃO. 4 bolsos na parte frontal do colete aplicação de identidade do programa, na versão negativo cor branca, no bolso	Un	14	R\$ 171,91	R\$ 2.406,74



	superior esquerdo e na parte traseira. Tamanhos – M, GG				
--	---	--	--	--	--

Valor Total Estimado em **R\$ 237.694,12 (Duzentos e trinta e seiscentos e noventa e quatro reais e doze centavos).**

QUANTITATIVO ELABORADO DE ACORDO COM SECRETARIA DEMANDANTE

Fardamento para a Guarda Civil Municipal:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Gandola de combate shirt, Azul Noturno, com bordados Tamanhos M, G, GG EXG Tamanho P = 2, Tamanho M = 22, Tamanho G = 70, Tamanho GG = 60, Tamanho EXG = 6	Unid.	160	R\$	R\$
02	Calça tática operacional de combate com 6 Bolsos Rip Stop, Azul Noturno. Tamanhos 38, 40, 42, 44, 46 E 48, Tamanho 38 = 6 Tamanho 40= 22, Tamanho 42 = 52, Tamanho 44 = 32, Tamanho 46 = 30, Tamanho 48 = 18.	Unid.	160	R\$	R\$
03	Coturno de Couro, com zíper. Tamanho 38 = 2, Tamanho 39 = 2, Tamanho 40 = 24, Tamanho 41 = 15, Tamanho 42 = 28, Tamanho 43 = 7, Tamanho = 44 = 2.	Par.	80	R\$	R\$
04	Capa de colete tático Tamanhos M, G, GG EXG Tamanho P = 1, Tamanho M = 11, Tamanho G = 35, Tamanho GG = 30,	Unid.	80	R\$	R\$



	Tamanho EXG = 3				
05	O Gorro confeccionado em tecido Rip Stop Profissional dublado, cor Azul Noturno.	Unid.	80	R\$	R\$
06	Cinto tático	Unid.	80	R\$	R\$
07	Porta tonfa	Unid.	80	R\$	R\$

Fardamento para Garis:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONJUNTO DE FARDAMENTO PARA GARI: Confeccionado em tecido brim 100% algodão cor verde, composto de bata manga longa e calça operacional, trabalhados com faixa refletiva peito e pernas e logo marca da gestão municipal em serigrafia. tamanhos M/G/GG E XG, conforme solicitação da Secretaria. Tamanho M = 46, Tamanho G = 76, Tamanho GG = 56 e tamanho XG = 02.	Conj.	180	R\$	R\$
02	BONÉ ARÁBE, Em Brim 100% algodão, cor verde. Tamanho: Único, Aspectos Gerais: Capuz de segurança, confeccionado em tecido de brim, aba e fechamento em velcro para ajuste do usuário. Indicado para áreas abertas, serviços agrícolas e outros. Especificações Técnicas: Proteção do crânio e pescoço e ombros contra agentes abrasivos e escoriantes.	Unid.	90	R\$	R\$
03	CALÇADO BOTINA EM COURO E COSTURADO, COM CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE, COR PRETA. Tamanho 36 = 8, Tamanho 38 = 12, Tamanho 40 = 31, Tamanho 41 = 24, Tamanho 42 = 14, Tamanho 44 = 1	Par.	90	R\$	R\$
04	Luva de segurança borracha nitrílica, é ideal para proteção das mãos contra produtos químicos. Possui palma e	Par.	90	R\$	R\$



	dedos com antiderrapante, que garantem maior aderência ao manusear objetos molhados. Conta com formato anatômico e forro em algodão aveludado, que proporciona excelente conforto e maior absorção do suor				
--	--	--	--	--	--

Fiscais de varrição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Colete, cor azul-marinho em tecido do tipo RIPSTOP contendo 70% de poliéster e 30% de algodão. 4 bolsos na parte frontal do colete aplicação de identidade do programa, na versão negativo cor branca, no bolso superior esquerdo e na parte traseira. Tamanhos – M, G, GG Tamanho M=2, Tamanho G=4, Tamanho GG = 2.	Unid.	8	R\$	R\$
02	Camisa, confeccionada em poliéster UV, manga longa, gola redonda, com sublimação na frente, Tamanhos: M, G, GG Tamanho M=2, Tamanho G=4, Tamanho GG = 2.	Unid.	8	R\$	R\$
03	CALÇADO BOTINA EM COURO E COSTURADO, COM CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE, COR PRETA. Tamanho 39 = 01, Tamanho 40 = 2, Tamanho 41 = 1	Unid.	4	R\$	R\$

Fardamento para Motoristas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Camisa, confeccionada em poliéster, manga curta, gola redonda, com sublimação na frente e nas costas, Tamanhos:	Unid.	84	R\$	R\$



P, M, G, GG e XG Tamanho G = 52 / GG=10 / M = 20 / XG =2				
---	--	--	--	--

Fardamento Fiscais de tributos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Colete, cor preto em tecido do tipo RIPSTOP contendo 70% de poliéster e 30% de algodão. 4 bolsos na parte frontal do colete aplicação de identidade do programa, na versão negativo cor branca, no bolso superior esquerdo e na parte traseira. Tamanhos – M, GG Tamanho M=4, Tamanho GG=10.	Unid.	14	R\$	R\$
02	Camisa, confeccionada em poliéster UV, manga longa, gola redonda, com sublimação na frente, Tamanhos – M, GG Tamanho M=4, Tamanho GG=10.	Unid.	14	R\$	R\$
03	CALÇADO BOTINA EM COURO E COSTURADO, COM CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE, COR PRETA., Tamanho 37 = 01, Tamanho 39 = 02, Tamanho 40 = 03, Tamanho 41 = 01.	Unid.	7	R\$	R\$

